

DOSSIÊ

Bele Monte

Não há condições para a Licença de Operação

Publicação inédita do ISA

<http://isa.to/dossie-belo-monte>



Instituto
Socioambiental

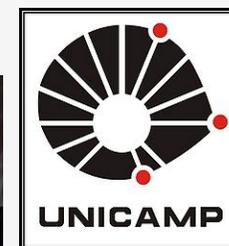


DOSSIÊ BELO MONTE

Um trabalho feito a muitas mãos

AUTORES DOS ARTIGOS TEMÁTICOS DO ANEXO 'VOZES DO XINGU'

Ana De Francesco (UNICAMP)
Andreia Barreto (DPE)
Antônia Martins (Movimento de
Mulheres de Altamira)
Antônia Melo (MXVPS)
Assis da Costa Oliveira (UFPA)
Astrid Puentes (AIDA)
Augusto Postigo (ISA)
Biviany Rojas Garzón (ISA)
Brent Millikan (IR)
Carolina Reis (ISA)
Cristiane Carneiro (UFPA)
Flávia do Amaral Vieira (AIDA)
Francisco de A. N. Nóbrega (DPU)
Gracinda Magalhães
Guilherme O. Heurich (Museu Nacional)
Helena Palmquist (MPF)
Juares Pezzuti (UFPA)
Juan Doblaz (ISA)
Kerley Santos (UFOPA)
Leonardo Amorim (ISA)
Letícia Leite (ISA)
Maria Helena Araujo Silva (MXVPS)
Mauricio Torres (UFOPA)
Movimento dos Atingidos por Barragens
Raul Silva Telles do Valle (ISA)
Soeren Weissermel (Universidade de Kiel)



PORQUE UM DOSSIÊ SOBRE BELO MONTE?

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Pedido de Licença de Operação em fevereiro de 2015. Mas as condicionantes foram cumpridas?



DOSSIÊ BELO MONTE

Temas

Infraestrutura de saúde

Infraestrutura de educação

Saneamento básico

Segurança pública

Reassentamento da população
das áreas rural e urbana

Terras Indígenas e
Unidades de Conservação

Povos Indígenas

Ribeirinhos e comunidades
de pescadores

DOSSIÊ BELO MONTE

Organização

PARTE 1



**BELO MONTE:
DA PROMESSA
À REALIDADE**

6



**CONSEQUÊNCIAS DO
DESCUMPRIMENTO DAS
CONDICIONANTES DE
BELO MONTE**

24



**LIÇÕES APRENDIDAS:
PROBLEMAS INSTITUCIONAIS
QUE PRECISAM SER
SUPERADOS E NÃO
PODEM SE REPETIR**

46

PARTE 2

ANEXO

Voices do Xingu

Saúde, educação, segurança

- **Saúde**
- **2009 a 2014: 101% mais atendimentos no Hospital São Rafael;**
- **2011 a 2014: 144% de aumento de acidentes de trânsito;**
- **O hospital não foi inaugurado ainda em Altamira (mais de 2 anos e meio de atraso). Entregas tardias não mitigaram o impacto da sobredemanda em serviços. Desafio da gestão.**

Educação

- **Empreendedor: “oferta de vagas é mais do que suficiente para atender a demanda”. Dados oficiais (INEP): excesso de alunos em sala de aula no ensino fundamental no meio urbano.**
- **Abandono escolar: aumento de 57% no ensino fundamental (2011-2013)**
- **Reprovação escolar: aumento de 73,5% no ensino médio (2010-2013)**

Segurança

- **R\$ 115 milhões investidos em segurança pública não serviram para fazer de Altamira uma cidade mais segura: nº de homicídios aumentou em 80%, enquanto população aumentou em 50%.**
- **Nenhuma melhoria para o Conselho Tutelar**

Destruição da pesca tradicional

- Nos arredores de Altamira e Vitória do Xingu (PA), **1.915 pescadores** têm carteiras de pescadores ativas nas colônias de pescadores – pesca. População tradicional de grande importância na região
- Erros no EIA: não considera impactos na atividade pesqueira na fase de implantação da obra. **Impactos previstos apenas na fauna aquática e meio ambiente, sem levar em conta os pescadores.** Ações no PBA não compensam pescadores pela perda de atividade - levando a mitigação insuficiente (reforma da colônia, etc.)
- **Monitoramento problemático: desembarque pesqueiro nos portos – disparidade com a realidade vivida pelos pescadores (limitações metodológicas do Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável). Dados da Nesa produzidos para não mostrar impactos (apenas 3000 pescadores cadastrados).**
- **Perda de áreas de pesca e redução do pescado traz situação de grave insegurança alimentar à famílias e perda do modo de vida (pescadores sem alternativa de renda). Caso de Vila Nova, em Vitória do Xingu – abandono da atividade pesqueira. Marginalização e conflitos.**
- Indígenas pescadores da volta grande – redução da comercialização de peixe ornamental – perda de áreas de pesca próximas a usina – inviáveis.

Principais impactos aos pescadores

- **Perda de qualidade da água** - Alterações significativas na turbidez do rio
- **Degradação de habitats** - assoreamento dos igarapés; Áreas dragadas (ilha do Canari) ou aterradas (ilha do Assovio) – pontos de pesca e lazer
- **Iluminação e explosões** -afugentam os peixes, e é possível que também tenham alterado suas rotas migratórias.
- **Não se pode chegar a uma conclusão embasada, a partir do monitoramento, a respeito da mudança na produtividade da pesca ao longo da implantação do empreendimento.**
- Programas como o de incentivo à piscicultura, que visa recompor a atividade pesqueira por meio da criação de peixes em tanques.
- EIA adverte: “é de difícil implantação com comunidades de pescadores tradicionais, cuja atividade é passada de geração em geração, sendo que a incorporação de novas tecnologias ou modalidades de pesca não se dá facilmente”

Destruição da pesca tradicional

- Entrevistas realizadas para “identificar o universo de pescadores” e “conhecer as possíveis alterações ambientais que na perspectiva dos entrevistados são decorrentes do empreendimento.” Gravidade – processos de negociação de indenização privados e paralelos ao licenciamento sem reconhecimento oficial de impactos. Natureza da pesquisa foi quantitativa e concluem que não há impactos.
- Forum de Acompanhamento da Pesca – espaço sem presença do poder público para encaminhamentos, incorporação de denúncias e mudanças no monitoramento oficial.
- Licenciamento não incorpora conhecimentos tradicionais e percepções das populações atingidas sobre impactos negativos na atividade pesqueira na instalação, apesar de insistentes denúncias. Pela ausência de comprovação “técnica” e “científica” – informações ignoradas no processo.
- É preciso superar isso antes da L.O para definição de medidas de reparação aos pescadores tradicionais. O licenciamento é instrumento que regula impactos e mitigações. Pescadores – direitos coletivos / interesse público.

Impactos na pesca não reconhecidos no licenciamento

4

Os pescadores tradicionais são obrigados a buscar novos locais de pesca em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, áreas já utilizadas pelos indígenas e ribeirinhos que ali residem. Assim, acirram-se conflitos sociais com a disputa por essas áreas.

3

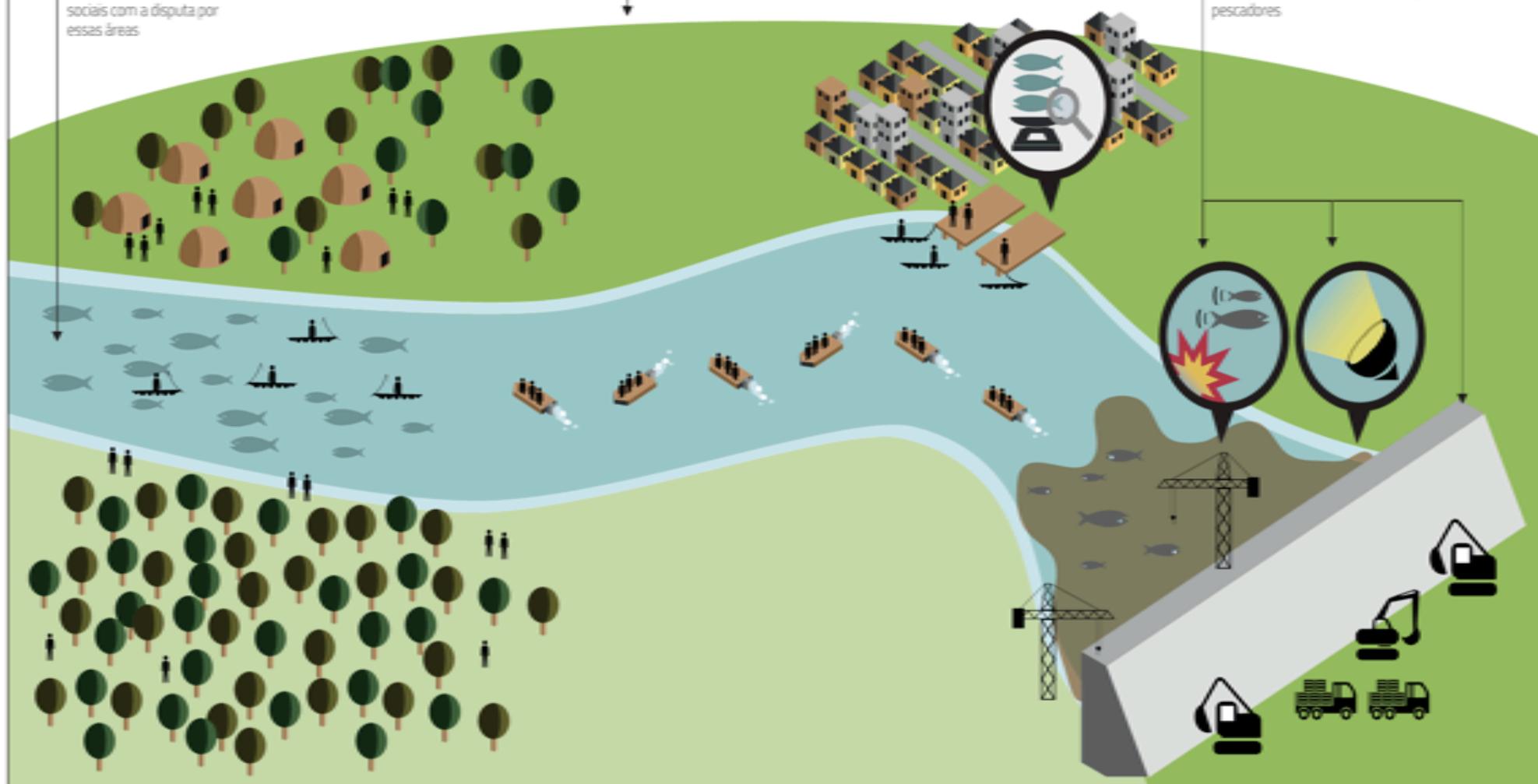
Os pescadores lutam pelo reconhecimento de que são impactados por essas alterações, mas o Ibama não se pronuncia há mais de dois anos.

2

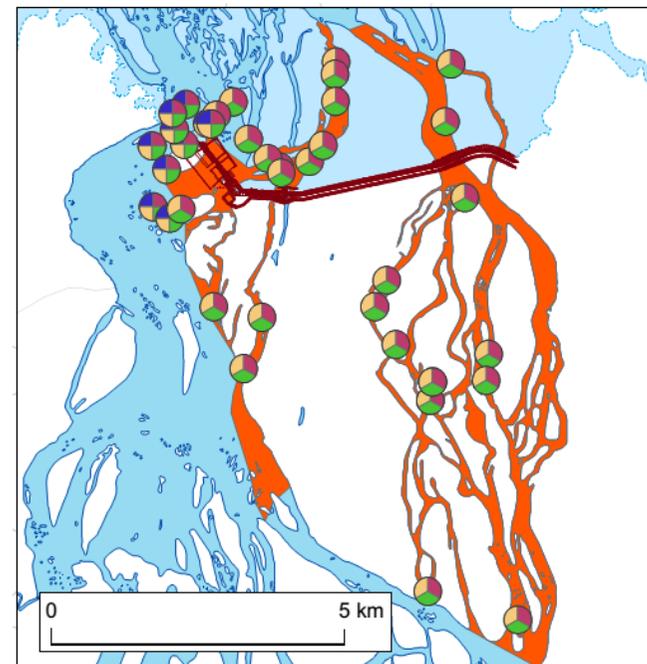
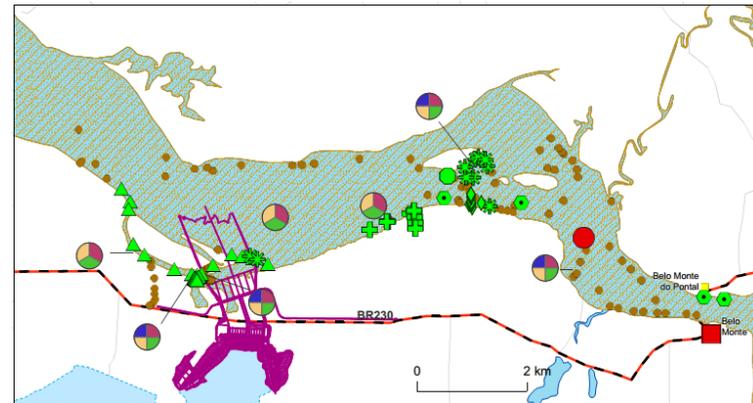
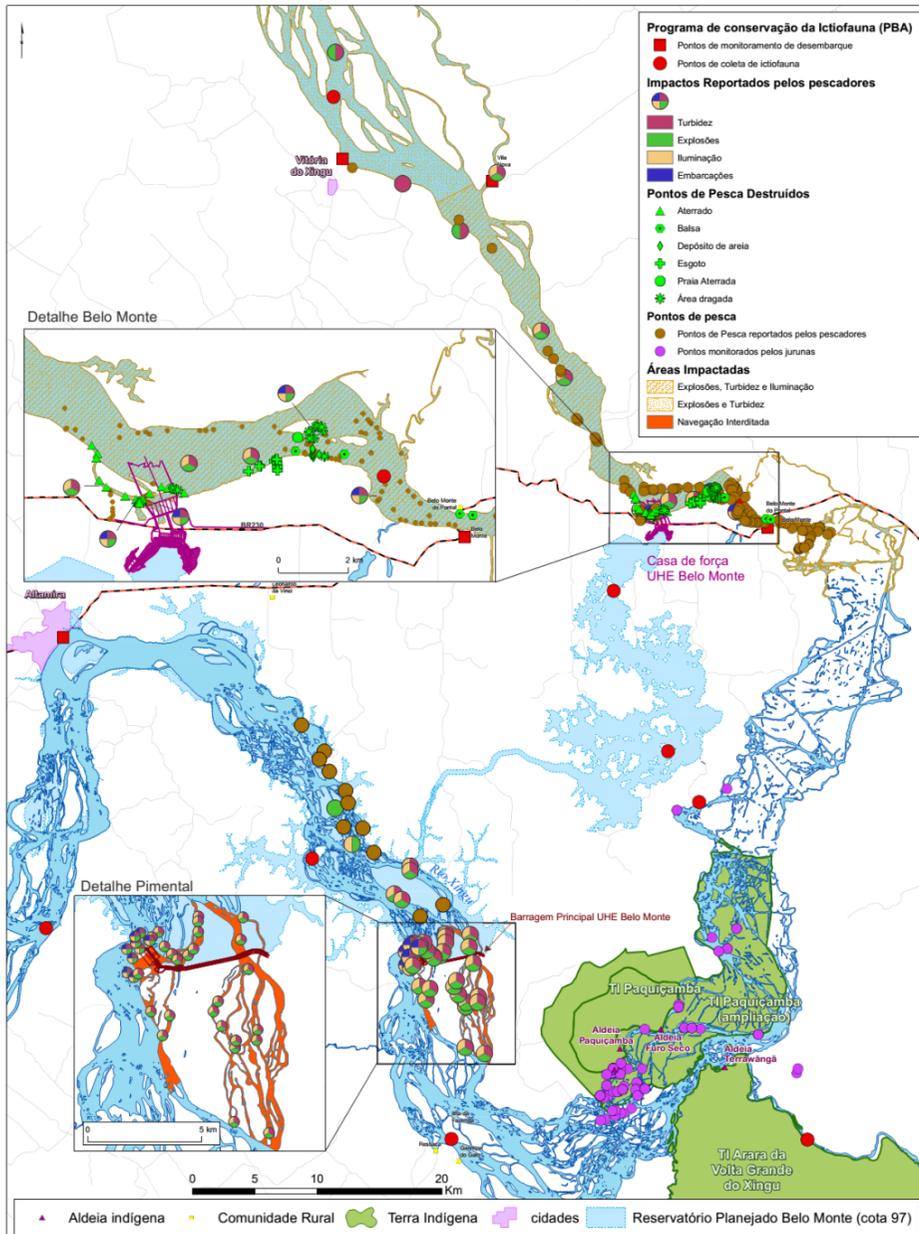
O monitoramento de impactos realizado pela empresa é baseado apenas na pesagem do pescado que chega nos portos da região e não avalia a perda de áreas tradicionais de pesca.

1

Na construção da barragem, explosões, iluminação excessiva, redução da transparência da água e a dragagem de praias inteiras, entre outras intervenções diretas da obra, têm aumentado e causado a morte dos peixes, inviabilizando áreas de pesca tradicionalmente utilizadas pelos pescadores.



Monitoramento de impactos em áreas de pesca - UHE Belo Monte



FONTES
PBA UHE Belo Monte: Pontos de monitoramento de desembarque, Pontos de coleta de Ictiofauna
Colônias de pesca de Altamira (Z-57) e Vitória do Xingu (Z-12), UFPA: Impactos Reportados pelos pescadores (março de 2014), Pontos de Pesca, Pontos de Pesca Destruídos (setembro/outubro 2014).
Projeto de monitoramento de pesca na TI Paquiçamba (UFPA, AYMI): Pontos monitorados pelos Juruna, setembro de 2013 a maio de 2014
EIAR/IMA Belo Monte: Estradas, Vias, Estruturas UHE Belo Monte, reservatórios, hidrografia 1:100.000.
IBGE: Cidades
FUNAI: Limites de Terras Indígenas

Mapa elaborado pelo Laboratório de Geoprocessamento do ISA/Altamira, Dezembro 2014

Ribeirinhos da Terra do Meio Invisibilizados

- **Audiências apontaram necessidade de estudos e definição de medidas mitigatórias (vizinhas às TIs)**
- **As Unidades de Conservação da região estão na Área de Influência Indireta do Meio Socioeconômico, mas nenhuma medida de mitigação foi estabelecida**
- **Piora no acesso à saúde pública**
- **Sobrepesca**
- **Moradia sazonal não reconhecida**
- **Necessidade de reconhecimento de impactos**

Vácuo agravado pela destinação de 80% de recursos da Compensação Ambiental para UCs fora da Bacia do Xingu



Violação de direitos na remoção da população

- **5 RUCs** construídos na **periferia** da cidade e **sem serviços públicos**: transporte, saúde, educação. Há bairros em que o sistema de esgoto tem tido vazamentos.
- Mais de mil pleitos na DPU, 500 casas ainda disponíveis nos RUCs: a NESA vai construir mais casas?
- Indenizações insuficientes e reassentamento coletivo rural inexistente
- O reassentamento urbano na beira do rio, o Pedral, precisa se tornar uma realidade:
 - *Impasse com a prefeitura*
 - *Pescadores e beiradeiros não têm sido informados do termo de reassentamento provisório*



Remoção forçada das famílias e perda do modo de vida ribeirinho

Muitas famílias ribeirinhas moram parte do tempo nas ilhas do Xingu, onde pescam e plantam, e parte na cidade, onde vendem o peixe e usam os serviços urbanos

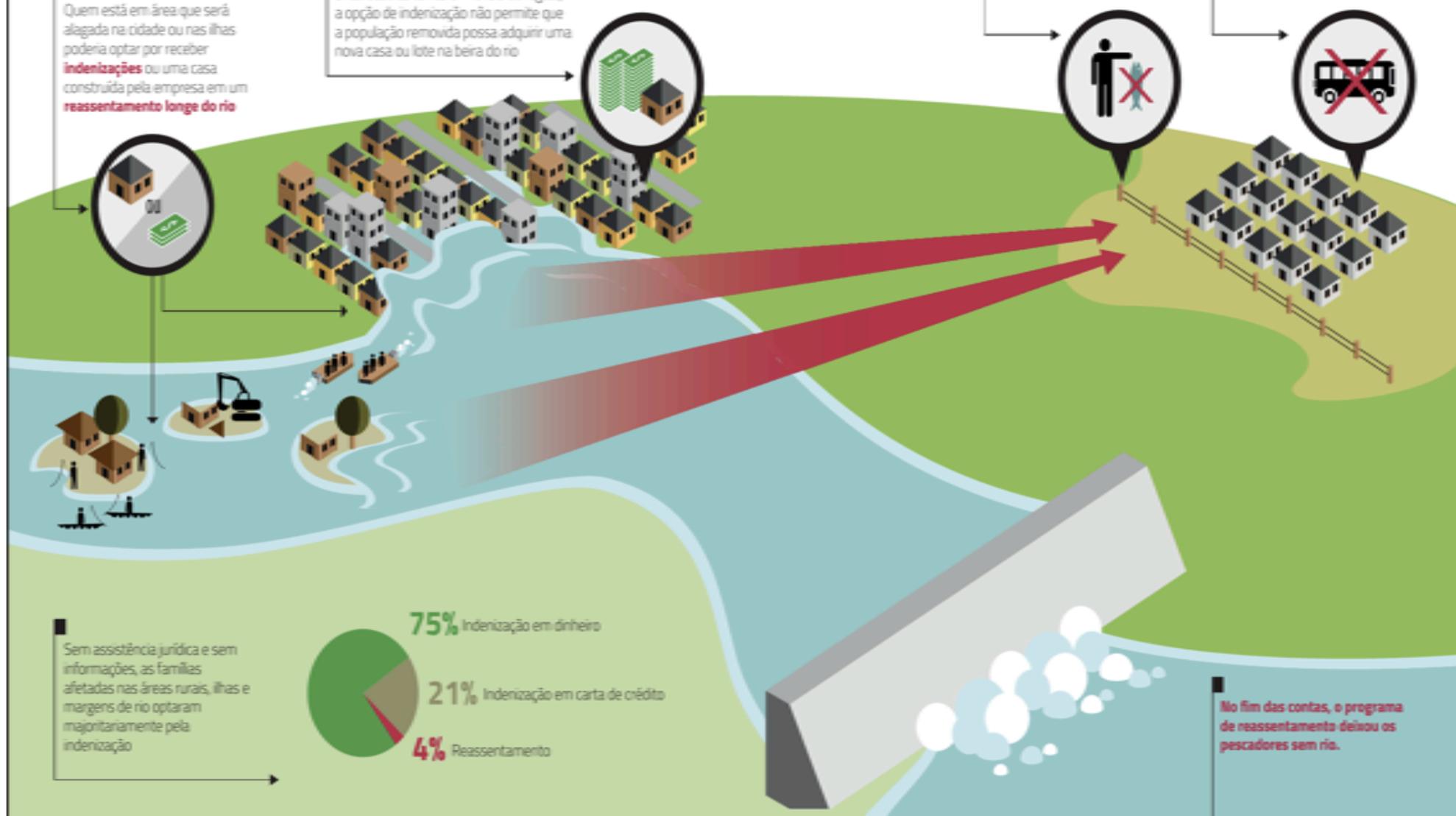
Quem está em área que será alagada na cidade ou nas ilhas poderia optar por receber indenizações ou uma casa construída pela empresa em um reassentamento longe do rio

A indenização das ilhas só compensa as construções e não o valor da terra, resultando em **baixos valores**

Como o boom econômico da obra encareceu as terras e imóveis da região, a opção de indenização não permite que a população removida possa adquirir uma nova casa ou lote na beira do rio

O reassentamento, longe do rio, obriga os pescadores a deixarem de pescar, **inviabilizando o modo de vida ribeirinho**

As áreas de reassentamento não possuem transporte público



Pendências nas condicionantes indígenas

- **13 Tis afetadas**

Atraso na realização de condicionantes de responsabilidade de Poder Público:

- **Realizar extrusão (retiradas de não indígenas) e homologação da TI Cachoeira Seca (finalizar o cadastramento) e finalizar extrusão da TI Apyterewa (parte indenizada e parte realocadas pelo incra) (poder público) – PF, Incra, Funai, Ibama, AGU, Força Nacional**
- **Proteção Territorial - Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial – PFVE (medida antecipatória) – Plano inicial de 21 Unidades de Proteção Territorial (UPT). – mais de 3 anos de atraso. Não há nenhum em operação.**

8 construídos – 2 entregues (nenhum recebido pela Funai).

- **Construção de restantes; contratação de técnicos. Há impasse.**

Vai ser realizada? Quando?

Condicionantes fundamental diante da desmobilização dos canteiros da UHE.



Pendências nas condicionantes indígenas

Atrasos e problemas na execução do PBA-CI – Infraestrutura e Atividades Produtivas

Programa de Infraestrutura: casas entregues com problemas de construção; das 34 casas de farinha (entregues com problemas estruturais – chuva, prensa); Funai ainda não recebeu as 16 pistas de pouso; dos 34 sistemas de abastecimento de água – SESAI não recebeu 12 poços finalizados por não observância de especificações técnicas.

Obras de saúde e educação ainda em fase de projeto executivo (34 escolas e postos de saúde – nenhum construído).

Programa de atividades produtivas – atrasos entregas – perda autonomia alimentar e etnocídio.

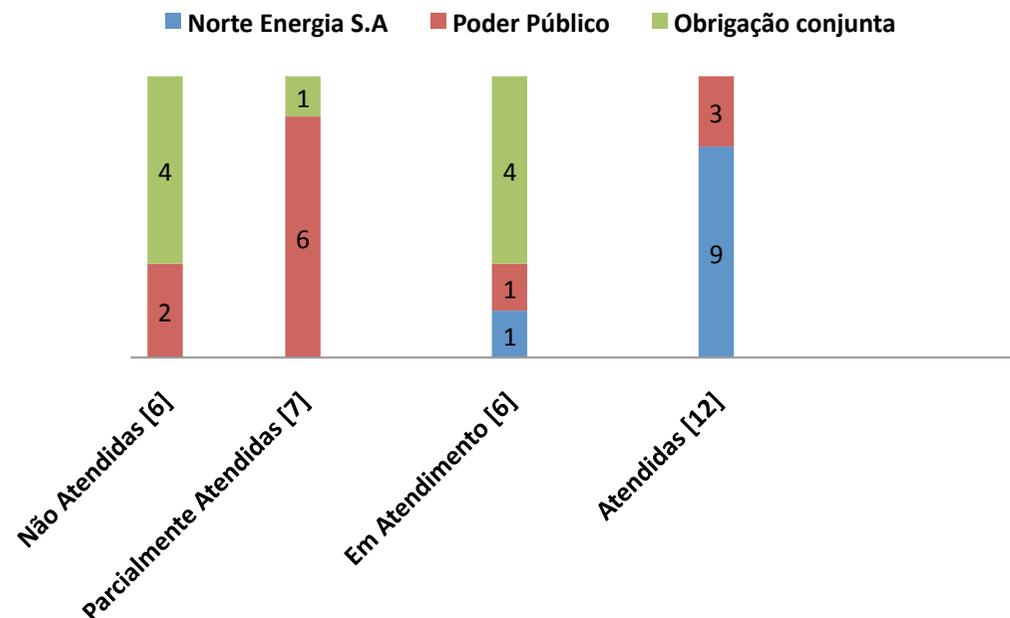
Impactos negativos previstos no EIA se concretizaram com a inadimplência – principalmente saúde indígena e integridade dos territórios.

Impactos aos povos indígenas

- **42% das condicionantes indígenas ainda não foram atendidas ou apresentam pendências.**

Das **31**
condicionante
s apenas **18**
estão
atendidas ou
em processo
de
atendimento

**PLACAR DE ATENDIMENTO DAS
CONDICIONANTES**
CATEGORIA/RESPONSÁVEL
Abril de 2015



Plano emergencial indígena e destruturação das aldeias

A Norte Energia destinou mesada de **R\$ 30 mil por aldeia**, entre 2010 e 2012, em listas de compras

Introdução descontrolada de alimentos industrializados

Abandono de roças, da pesca e da caça

Entre 2010 e 2012, a desnutrição infantil nas aldeias da região cresceu 127%

Enquanto isso, no período do plano emergencial (2010-2012):

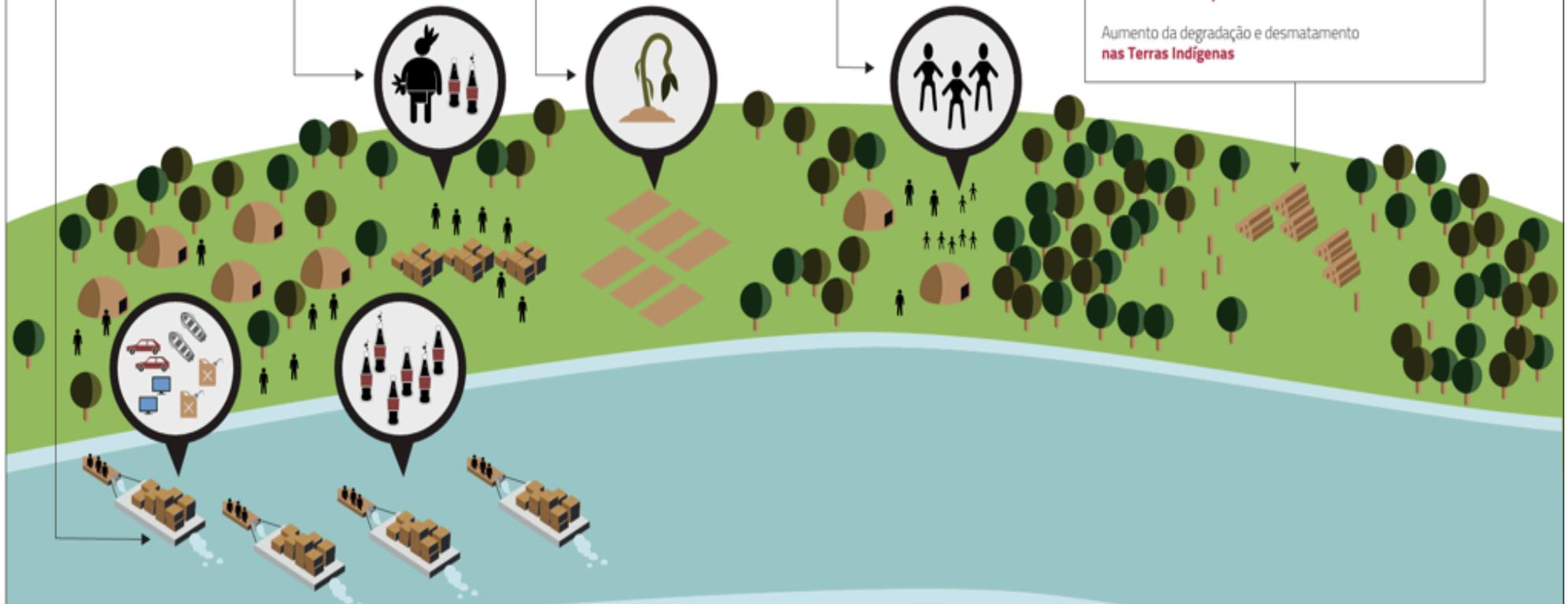
Aumento de 2000% nos atendimentos de saúde a indígenas na cidade



Faltam escolas e postos de saúde nas aldeias

Aumento da degradação e desmatamento nas Terras Indígenas

1/4 das crianças desnutridas



Ao invés de serviços públicos, foram distribuídos

2,1 milhões de litros de combustíveis e lubrificantes

42 veículos

578 motores para barcos

366 barcos e voadeiras

98 geradores

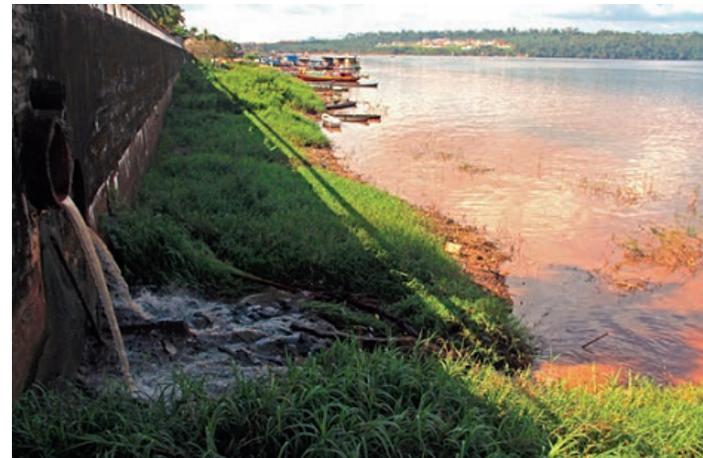
E inúmeros outros bens de consumo, que vão desde TVs de plasma a refrigerantes

Saneamento básico inoperante e riscos à qualidade da água

- **R\$ 485 milhões investidos**, mas o sistema é inoperante porque **faltam ligações domiciliares**
- **O impasse continua: projeto de lei da prefeitura em discussão**
- **Dúvida persiste: as ligações serão feitas antes da LO?**
- **Ibama, quando concedeu a LI:**

“Do ponto de vista do impacto causado pela formação do reservatório na área urbana de Altamira importa que o órgão licenciador acompanhe/fiscalize a implantação do sistema de esgotamento sanitário de modo que, antes de se iniciar o enchimento do reservatório, a maioria dos domicílios esteja conectada à rede de coleta e tratamento de esgotos.”

Cronograma de execução do Plano. Como será o engajamento da população e garantia de adesão ao sistema.



Saneamento básico

Jogo de empurra põe em risco a qualidade da água

R\$ 485 milhões foram investidos em obras de saneamento básico

Foram construídos 220km de redes de esgoto e 170 km de redes de abastecimento de água - mas nenhuma casa foi ligada ao sistema

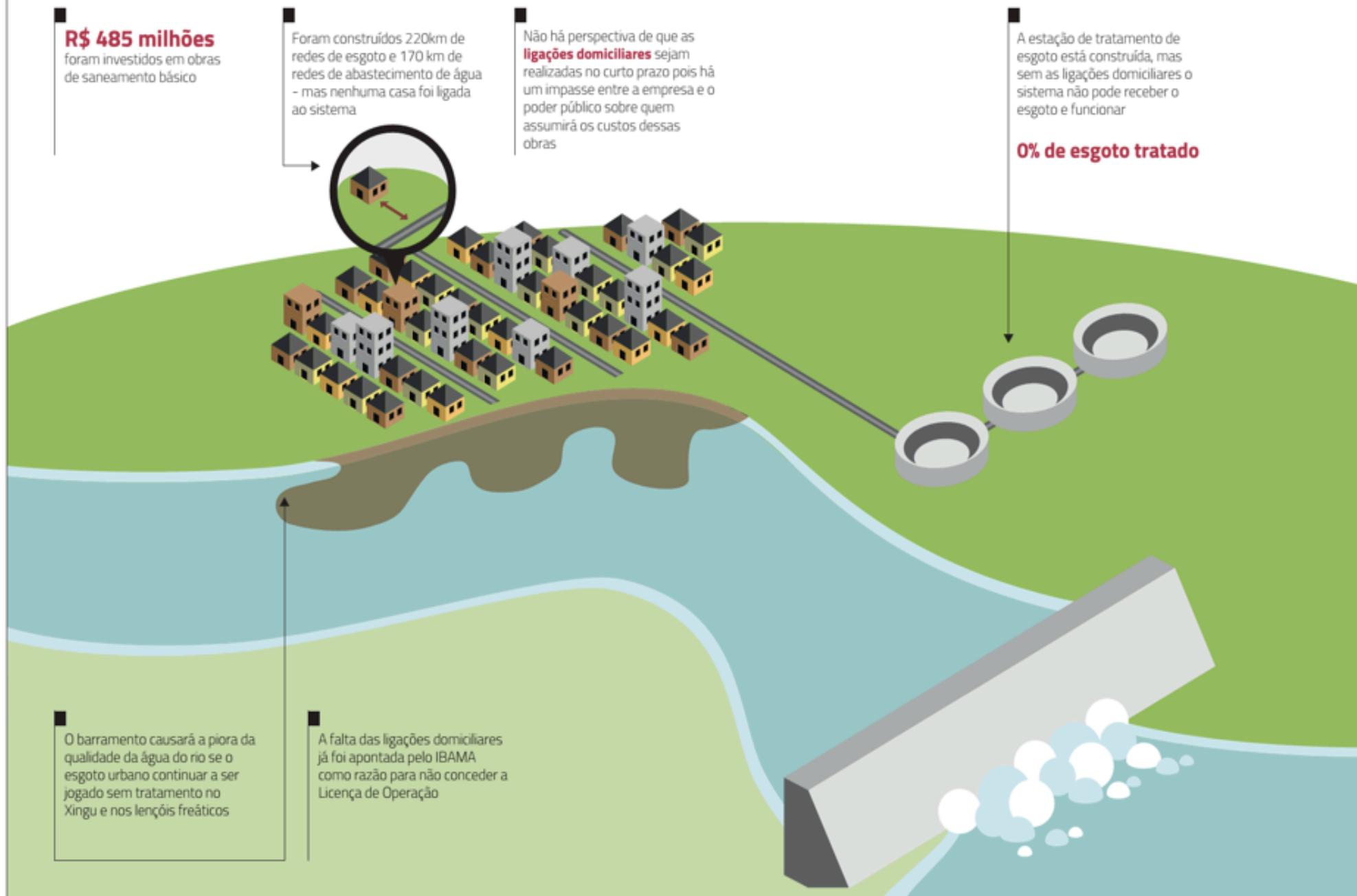
Não há perspectiva de que as **ligações domiciliares** sejam realizadas no curto prazo pois há um impasse entre a empresa e o poder público sobre quem assumirá os custos dessas obras

A estação de tratamento de esgoto está construída, mas sem as ligações domiciliares o sistema não pode receber o esgoto e funcionar

0% de esgoto tratado

O barramento causará a piora da qualidade da água do rio se o esgoto urbano continuar a ser jogado sem tratamento no Xingu e nos lençóis freáticos

A falta das ligações domiciliares já foi apontada pelo IBAMA como razão para não conceder a Licença de Operação



Pontos de Alerta

- Reservatório não pode ser formado: sem o saneamento de fato operando; reconhecida a moradia sazonal e reassentamento na beira do rio seja executado (além do Pedral); sejam corrigidas distorções do cadastro no reassentamento urbano; reconhecimento, qualificação e mensuração de impactos aos pescadores e extrativistas;
- Canteiros não podem ser desarticulados sem regularização fundiária das TIs, sem o Plano integral de Proteção Territorial e ações de combate à exploração ilegal de madeira.

É fundamental que o poder público e empreendedor assumam responsabilidades e compromissos agora para garantia de que haja cumprimento das condicionantes mesmo depois de mais de quatro anos de inadimplência. Atribuições (competências), responsáveis e cronogramas.

Alerta – pendências de condicionantes indígenas. Que o órgão licenciador internalize demandas e pendências elencadas pela FUNAI.

- Alertas e preocupações – continuidade do PBA-CI – recontração das empresas. E controle do governo sobre ações socioambientais que continuam depois da LO.

LIÇÕES APRENDIDAS – Problemas Institucionais

- **Descompasso entre cronograma da obra e execução de condicionantes socioambientais. Multas de 15 milhões, nenhuma delas paga até hoje.**
- **Falta de informação independente – a principal fonte de informação do fiscalizador é o próprio empreendedor. Não há mecanismo de fiscalização independente. Sete analistas em Brasília.**
- **Não há controle social efetivo. Forum de Acompanhamento Social (condicionante da LP) espaço não isento. Não ouve oitivas aos povos indígenas e audiências públicas meramente formais. Casa de Governo não encaminha resoluções.**
- **Quem obriga o poder público a cumprir as condicionantes? Não há acompanhamento e controle social das responsabilidades do poder público.**
- **Condicionantes indígenas – vácuo institucional. Funai não pode impor sanções a Norte Energia ou cobrar e exigir cumprimento de orgaos do poder publico; seu acompanhamento não gera efeitos jurídicos no licenciamento.**

LIÇÕES APRENDIDAS E CONCLUSÕES

Não houve fortalecimento de órgãos públicos – Funai, ICMBio e ausência de assistência jurídica (atendimento à sociedade local impactada).

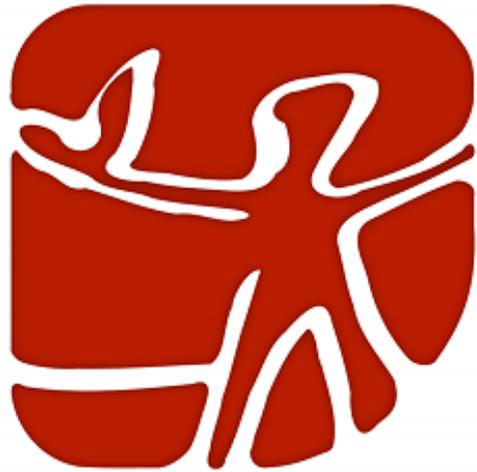
BNDES – liberação de empréstimos condicionados à LI. Falta de transparência (atropelo das medidas

Judiciário neutralizado – todas as decisões contrárias à continuidade da obra sustadas pela suspensão de segurança – a partir de entendimento político em nome da ordem e economia públicas – garantir o cronograma energético mesmo com violações de direitos.

**Conflito de interesses e contradições público-privado;
Obra pertence ao governo federal, é executada, financiada e fiscalizada pelo mesmo.**

OBRIGADA

www.socioambiental.org



ISA

Instituto Socioambiental